

SÃO MARTINHO S.A.

Companhia aberta de capital autorizado - Fazenda São Martinho, Município de Pradópolis, Estado de São Paulo
CNPJ/MF nº 51.466.860/0001-56 - NIRE 35 300 01 485

Mensagem da Administração Com um modelo de negócios flexível, capaz de se adaptar aos diversos cenários de maneira bastante dinâmica, a São Martinho viveu uma safra que confirmou sua solidez e sua capacidade de gerar resultados em um ambiente de forte volatilidade de preços, somado a impactos relevantes na produção devido a fatores climáticos. Apesar da forte volatilidade de preços de açúcar e etanol, um destaque positivo da safra 18/19 foi o elevado consumo do etanol no Brasil, com crescimento de 18% em relação à safra anterior. A combinação do forte crescimento da demanda do biocombustível com os baixos preços do açúcar no mercado internacional definiu a mudança de mix da safra, sendo que convertemos 65% do ATR da cana em etanol. Ainda, mantemos nossa agenda de investimentos, com destaque para (i) a conclusão do projeto MPB e Meiosi no plantio de cana, que nos permitirá atingir nossa plena capacidade de moagem nos próximos anos e (ii) o projeto COA, que já está implantado na Usina São Martinho e neste ano sendo replicado para as demais usinas da Companhia. Essas iniciativas, além de serem importantes drivers de crescimento e aumento de rentabilidade, reforçam nosso posicionamento como protagonistas da inovação no campo de maneira sustentável. Para a safra 19/20, que se iniciou em abril, constatamos desde o início do ano melhores condições climáticas e, portanto, maior produtividade dos canaviais, nos permitindo reestabelecer um volume de processamento de cana próximo de 22 milhões de toneladas, um crescimento de 8% em relação à safra 18/19. Seguimos otimistas com o mercado de etanol, acreditando que a combinação de forte consumo doméstico e melhores preços de petróleo em Reais, poderão trazer melhores condições de mercado. Não poderíamos deixar de mencionar a relevância do Renovio ao setor e a empresa, e acreditamos que muito em breve poderemos participar desse programa que fomenta a importância do etanol e que já é referência mundial. Por último, mas não menos importante, conquistamos em 2018 um conjunto de prêmios que certamente veio do esforço diário e da dedicação de todos colaboradores. Fomos eleitos pelo ranking da Você S.A. como a Empresa do Ano, a Melhor Empresa para Trabalhar do Brasil. Além do principal prêmio desse ranking, vencemos novamente como a Melhor Empresa do Setor Agronegócio, a Melhor Grande Empresa e fomos reconhecidos como Destaque na categoria Liderança. Agradecemos a todos os nossos colaboradores, stakeholders e acionistas.

Administração São Martinho
1. Descrição dos Negócios A São Martinho S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), no mais alto nível de governança corporativa, o Novo Mercado. A Companhia é uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Brasil e possui, atualmente, quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP), Iracema, em Itacemópolis (região de Limeira, SP), Santa Cruz (região de Américo Brasileiro, GO), a 45km da Usina São Martinho) e Boa Vista (Quirinópolis, a 300km de Goiânia, GO). Ao longo da safra 2018/2019, a Companhia processou 20,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, uma queda de 7,9% em relação à safra anterior. Conforme comunicado anteriormente, apesar da queda no volume de cana processada, o ATR médio apresentou crescimento de 1,7%, (142,2 kg/ton) de forma que o total de ATR produzido na safra caiu 6,3% em relação à safra passada. A queda da produtividade foi resultado da forte estiagem observada ao longo de toda a safra. Encerramos a safra 2018/2019 com produção de 992 mil toneladas de açúcar e 1.097 mil m³ de etanol. Além destes produtos, cogeramos 829 mil MWh de energia.

2. Conjuntura Econômica Geral e de Mercado De acordo com a UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar), a região centro-sul encerrou a safra 18/19 com moagem efetiva de 573,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (-3,9% comparado à safra anterior), produzindo 26,5 milhões de toneladas de açúcar (-26,5%) e 30,9 bilhões de litros de etanol (+18,6%). A alteração do mix de produção refletiu a melhor rentabilidade do produto em relação ao açúcar no período. Em relação ao desempenho financeiro da Companhia na safra 2018/2019, a receita líquida da São Martinho totalizou aproximadamente R\$ 3,4 bilhões, uma queda de 6,6% em relação à safra anterior. A redução é explicada, principalmente, pelo menor volume e preço de comercialização de açúcar, porém parcialmente compensada por (i) maior volume e preço de comercialização de etanol e (ii) maior preço de venda de energia. A receita líquida das vendas de açúcar totalizou R\$ 1.108 milhões na safra, uma redução de 37,8% em relação à safra anterior. A queda do resultado reflete, principalmente, (i) a redução no volume vendido (27,0%) dado o maior mix de produção para etanol nesta safra e (ii) redução do preço médio de comercialização do açúcar em 14,8% no ano, resultado da queda no preço da commodity. Em relação ao mercado de etanol, a receita líquida de vendas foi 27,8% superior à safra anterior, devido (i) ao direcionamento do mix de produção para etanol na safra (+26,0%) e (ii) ao preço médio de comercialização superior à safra 17/18 (+1,4%). As ações ordinárias (SMT03) da São Martinho S.A., negociadas no Novo Mercado, apresentaram desempenho positivo no ano, resultando em uma valorização de 4,6% na cotação de SMT03.

3. Gestão de Pessoas Pautado em um modelo de Gestão de Pessoas atualizado e abrangente, assim como em pilares sólidos para atrair, formar e reter pessoas, a São Martinho visa propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes. Diante disso, estudamos novas tecnologias e parcerias, e agregar maior valor ao seu produto, tornarmos-se objetivos do dia a dia da Companhia para enfrentar os desafios cada vez maiores do setor sucroenergético. Abaixo detalhamos os programas que a Companhia desenvolve: **Programa de Estágio:** o estágio é uma importante fonte de experiência e aprendizado para os futuros profissionais se prepararem para os desafios que irão encontrar no mercado de trabalho. Para o estudante, a familiarização com as atividades em nível de ensino/aprendizado, proporciona um ambiente de interação entre teoria e prática, além facilitar e aumentar a experiência, diminuir o impacto e as dificuldades de adaptação no futuro emprego, quando o estagiário iniciar sua caminhada profissional. A São Martinho valoriza e incentiva a oportunidade do aprendizado por meio do estágio, afinal a descoberta de novos talentos e a oportunidade de aprendizado faz a diferença no que tangue o respeito pelas pessoas. **Programa de Trainees:** com duração de 18 meses, o programa foi criado em 2008, e tem o objetivo de encontrar jovens talentos para ocupar cargos estratégicos da empresa. Os participantes são candidatos externos, recém-formados ou em final de curso nas áreas de atuação da Companhia. Os estagiários da empresa que estão em fim de contrato são encorajados a participar da iniciativa. O programa é desenvolvido com apoio de uma consultoria externa, responsável pelos conteúdos comportamentais que visam o desenvolvimento das competências da Companhia. Além disso, complementa o processo de desenvolvimento dos jovens, a qualificação técnica através de job rotation agroindustrial e apresentações específicas sobre os processos administrativos, ações de responsabilidade social e de qualidade de vida. Ao final do programa, os trainees elaboram um projeto que é apresentado para diretoria, gestores e colegas. Na safra 2018/19 foram selecionados 29 jovens. **Valores em Ação:** o programa, de 18 meses de duração, foi criado em 2010 e é direcionado a colaboradores que já fazem parte do quadro da empresa. O objetivo é acelerar o processo de desenvolvimento de potenciais identificados, preparando-os para maiores desafios. Para isso, a São Martinho conta com apoio de uma consultoria especializada em desenvolvimento comportamental. A edição de 2019/20 terá início no primeiro semestre de 2019. **Programa de Sensibilização Comportamental:** criado em 1999, anualmente todos os colaboradores da Companhia são convidados a participar deste programa que visa desenvolver o ser humano. Seu objetivo principal é abordar os aspectos relacionados a comportamentos, atitudes e valores, tornando-os melhores pessoas e profissionais, alinhados às estratégias da Companhia. Em 2018, 93% dos colaboradores participaram. **Programa Segundo Tempo:** visando preparar os colaboradores com idade entre 63 e 65 anos para seu desligamento, em 2017 foi criado este programa. O objetivo é promover um processo de reflexão-ação sobre as fases de mudança na carreira, possibilitando a elaboração de um projeto de vida: aspectos físicos, intelectuais, sociais e financeiros são abordados. Na safra 2018/2019, 58 colaboradores participaram do projeto. **Programa Aprendiz:** realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 2018, proporcionou capacitação profissional para cerca de 280 aprendizes de idades entre 16 a 18 anos. Eles participaram de cursos de aprendizagem industrial para os cargos de caldeireiro, mecânico de manutenção de máquinas industriais, assistente administrativo, mecânico de usinagem e mecânico de manutenção Industrial e veículos pesados. Após a certificação os jovens passam por processo seletivo e concorrem a vagas na companhia. **Remuneração:** As práticas de remuneração da São Martinho são competitivas e posicionadas estrategicamente integrando os pilares de Recursos Humanos (atrair, reter e formar) aos valores da Companhia (integridade, ética e respeito pelas pessoas). A São Martinho reconhece o bom desempenho e o merecimento de seus profissionais, em contrapartida à sua contribuição para o atingimento das metas anuais e para o cumprimento dos valores e das diretrizes da organização. A ferramenta de remuneração variável mensal aplicada à área produtiva agroindustrial evidencia o reconhecimento pela entrega e superação das metas, propiciando ganhos superiores em relação ao mercado. O Programa de Participação nos Resultados, por sua vez, estabelece o limite de dois salários anuais a todos os profissionais celetistas para o atingimento das metas organizacionais e setoriais estabelecidas.

4. Investimentos

	12M19	12M18	Varição (%)
Em Milhares de R\$			
Plantio de Cana - Reforma	272.860	219.296	24,4%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	289.539	281.631	2,8%
Tratos Culturais	444.341	454.651	-2,3%
Total	1.006.741	955.578	5,4%

(Melhoria Operacional)

Equipamentos/Reposições	89.787	109.703	-18,2%
Total	89.787	109.703	-18,2%

(Modernização/Expansão)

Plantio de Cana - Expansão/Ativos biológicos	63.165	32.187	96,2%
Projetos (Industriais/Agrícolas)	122.026	70.256	73,7%
Total	185.191	102.443	80,8%
Total Geral	1.281.718	1.167.724	9,8%

O capex de manutenção da Companhia somou R\$ 1.007 milhões na safra 18/19, apresentando um aumento de 5,4% em relação à safra anterior, devido, principalmente, ao aumento na linha de plantio de cana, que reflete um efeito pontual de cronograma de parte do plantio da safra 17/18, que acabou sendo realizado no início da safra 18/19. O capex de melhoria operacional – investimentos relacionados às trocas de equipamentos agrícolas e industriais, visando aumento de produtividade – somou R\$ 89,8 milhões no 12M19, uma redução de 18,2% no comparativo anual. Quanto ao capex de expansão, a Companhia realizou investimentos que somaram R\$ 185,2 milhões no acumulado da safra, aumento de 80,8% versus a safra 17/18. Os principais projetos que justificaram esse aumento pontual foram (i) plantio referente à aquisição dos ativos biológicos da Usina Furlan, e (ii) os projetos detalhados abaixo:

Projeto	Descritivo	Valor investido na Safra 18/19	Driver de Valor	TIR Esperada
1) COA - Auto-matização Agrícola	Integração das tecnologias de agricultura avançada e de precisão, modernizando as operações agrícolas	R\$ 24,4 milhões	Redução dos custos agrícolas, de ~R\$ 2 a R\$ 3/ton, a partir da safra 21/22 após a implementação em todas as usinas	25% a.a.
2) Ativos biológicos da Furlan	Expansão da capacidade de industrial da Usina Iracema de 3,0 para 3,5 milhões de toneladas	R\$ 13,6 milhões	Aumento da capacidade de moagem, sem aumento da área	19% a.a.
3) MPB e Meiosi	Método inovador de produção de mudas em estufas (com maior vigor e pureza) e plantio da linha mãe com replicação em linhas paralelas no campo	R\$ 7,2 milhões	Redução de 20% do custo direto de produção em transporte e aumento da moagem a partir da moagem da cana que era utilizada como muda	45% a.a.
4) Tanques de etanol	Construção de tanques de etanol na Usina Boa Vista, aumentando a capacidade de estocagem em 40 mil m³	R\$ 11,9 milhões	Possibilidade de carregamento de etanol e maior flexibilidade de comercialização	23% a.a.
5) Produção de Etanol	Aumento da produção de etanol	R\$ 11,8 milhões	Maior flexibilidade no mix de produção, buscando melhor rentabilização dos produtos	49% a.a.
6) Aplicação de vinhaça	Ampliação da área de vinhaça para 100% da área aplicável na Usina São Martinho	R\$ 5,0 milhões	Redução do custo médio com adubação mineral e aumento da quantidade de cana por hectare	38% a.a.

5. Governança Corporativa e Política de Dividendos

5.1. Governança Corporativa A São Martinho confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa aderir às regras do Novo Mercado da B3, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, por meio do cumprimento de uma das mais importantes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais. Para o atendimento aos investidores, desde o início das negociações das ações da Companhia na B3, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado – nos idiomas português e inglês – todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras da Companhia. **5.2. Política de Dividendos** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Os dividendos foram apurados como segue:

	2019	2018
Em milhares de R\$	314.045	491.706
Lucro Líquido do Exercício	210.199	245.585
Constituição de Reserva Legal (5%)	15.702	24.585
Base de Cálculo para Distribuição de Dividendos Mínimos	298.343	467.121
(+) Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	74.586	116.780
(+) Realização de Reserva de Lucros a Realizar	6.491	31.561
(+) Dividendos Complementares	28.923	31.659
Total de Dividendos	110.000	180.000
Total de Ações (Ex-Tesouraria)	350.803	350.803
R\$ por ação	0,314	0,513

Os dividendos a serem distribuídos este ano serão deliberados em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de julho de 2019.

6. Perspectivas Conforme publicado em Fato Relevante em 24 de junho de 2019, segue na tabela abaixo a expectativa de dados operacionais para a safra 19/20.

Dados Operacionais	Guidance 19/20	18/19	Var. (%)
Cana Processada (mil tons)	22.000	20.450	8%
ATR Médio (kgs/ton)	139,0	142,2	-2%

Cenários de Mix Produção

	Máx Açúcar	Máx Etanol
Açúcar (mil ton)	1.415	1.055
Etanol (mil m³)	915	1.145
Cogeração (mil MWh)	905	910

O volume de moagem de cana previsto para a safra 19/20 está estimado em aproximadamente 22,0 milhões de toneladas, aumento de 8% em relação à safra anterior, **resultado de melhores condições climáticas e projetos voltados ao aumento da produtividade.** O mix de produção previsto é de cerca de 1,4 milhão de toneladas de açúcar e 915 mil m³ de etanol, considerando o cenário de mix max açucareiro e 1,1 milhão de toneladas de açúcar e 1,1 milhão de m³ de etanol, considerando mix max alcooleiro.

	12M19	12M18	Var. (%)
Milhares de R\$			
Receita Líquida¹	3.381.663	3.621.987	-6,6%
EBITDA (Ajustado)	1.644.534	1.949.994	-15,7%
Margem EBITDA (Ajustada)	48,6%	53,8%	-5,2 p.p.
EBIT (Ajustado)	599.760	1.054.412	-43,1%
Margem EBIT (Ajustada)	17,7%	29,1%	-11,4 p.p.

Indicadores de Balanço Consolidados

Ativo Total	9.748.722	9.114.712	7,0%
Patrimônio Líquido	3.391.010	3.289.775	3,1%
EBITDA (acumulado dos últimos 12 meses)	1.644.534	1.949.994	-15,7%
Dívida Líquida	2.401.992	2.462.768	-2,5%
Dívida Líquida / (EBITDA dos últimos 12 meses)	1,46 x	1,26 x	15,6%
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido)	71%	75%	

1 - Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC

No comparativo 12M19 x 12M18, a receita líquida consolidada da São Martinho S.A. apresentou queda de 6,6%, totalizando R\$ 3,4 bilhões, aproximadamente. Segue abaixo a tabela de receita líquida da Companhia detalhada por produto, entre mercado doméstico e mercado externo, nos últimos exercícios sociais.

Composição da Receita Líquida	12M19	12M18	Var. (%)
Milhares de Reais			

Mercado Doméstico

Açúcar	142.053	205.965	-31,0%
Etanol	1.902.358	1.544.909	23,1%
Energia Elétrica	209.082	207.293	0,9%
Negócios Imobiliários	2.730	8.419	-67,6%
Outros	52.504	47.894	9,6%

Mercado Externo

Açúcar	966.242	1.575.580	-38,7%
Etanol	106.694	27.100	293,7%
Outros	-	4.827	

Receita Líquida Total¹

Açúcar	1.108.295	1.781.545	-37,8%
Etanol	2.009.502	1.572.009	27,8%
Energia Elétrica	209.082	207.293	0,9%
Negócios Imobiliários	2.730	8.419	-67,6%
Outros	52.504	52.721	-0,4%

1 - Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC

Conforme já mencionado anteriormente, a redução da receita líquida refletiu, principalmente, o menor volume e preço de comercialização de açúcar, que combinado com uma menor diluição dos custos fixos, dada à queda acentuada de moagem, contribuíram para a queda de 15,7% no EBITDA Ajustado do período, totalizando R\$ 1.644,5 milhões, com margem EBITDA Ajustada de 48,6%. A Companhia opta por utilizar o EBITDA ajustado, visando demonstrar a informação que melhor reflete a sua geração operacional de caixa. Em linha com a Instrução CVM 527/12 a Companhia realiza a reconciliação do EBITDA, conforme tabela abaixo.

Reconciliação do EBITDA	12M19	12M18	Var. %
Em Milhares de R\$			

EBITDA Ajustado	1.644.534	1.949.994	-15,7%
Margem EBITDA Ajustada	48,6%	53,8%	-5,2 p.p.
Vencimento de Dívida (Hedge)	(13.148)	(186.287)	-92,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(240)	(2.994)	-92,0%
Receitas (Despesas) Operacionais - Não recorrente	106.499	(2.386)	n.m.
Ativos Biológicos	5.151	(63.064)	n.m.

EBITDA Contábil	1.742.796	1.695.263	2,8%
Margem EBITDA	51,9%	49,3%	2,5 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	(1.044.774)	(895.582)	16,7%
(-) Despesa Financeira Líquida	(318.788)	(177.135)	80,0%
(=) Lucro (Prejuízo) Operacional	379.234	622.546	-39,1%

8. Fontes de Recursos

Endividamento - Em Milhares de R\$	mar/19	mar/18	Var%
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.794.696	1.360.550	31,9%
BNDES/FINAME	542.092	582.203	-6,9%
Crédito Rural	393.583	509.214	-22,7%
Capital de Giro	264.793	397.336	-33,4%
PESA	16.451	29.225	-43,7%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	1.084.247	734.471	47,6%
International Finance Corporation (IFC)	356.738	303.797	17,4%
NCE (Nota de Crédito de Exportação)	-	8.101	n.m.
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	38.605	50.256	-23,2%

Dívida Bruta Total	4.491.205	3.975.153	13,0%
Disponibilidades	2.089.213	1.512.385	38,1%
Dívida Líquida	2.401.992	2.462.768	-2,5%

Dívida Líquida / EBITDA Acumulada R\$	1,46 x	1,26 x	15,6%
Dívida Líquida / EBITDA Acumulada - USD¹	1,32 x	1,22 x	7,9%
EBITDA Ajustado Acumulado	1.644.534	1.949.994	-15,7%

1. Dívida Líquida PTAX:	EBITDA Acumulado PTAX médio diário 12 meses:
março/18: R\$ 3,32	março/18: R\$ 3,22
março/19: R\$ 3,90	março/19: R\$ 3,78

9. Sustentabilidade

A Sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da São Martinho. A empresa busca constantemente identificar maneiras pelas quais possa desenvolver práticas produtivas que atendam os pilares que a sustentam. O cuidado com a questão ambiental, por exemplo, que abrange desde o uso responsável dos recursos naturais, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar até a reutilização de subprodutos no processo produtivo se justifica porque está diretamente relacionado à perenidade dos negócios com a cana-de-açúcar. O bom relacionamento e respeito com as comunidades do entorno, por sua vez, é parte do compromisso da Companhia, que desenvolve programas sociais que buscam trazer benefícios internos e externos. O trabalho é norteado por uma gestão social responsável, pautada em uma relação ética e transparente com os públicos com os quais a São Martinho se relaciona. Por fim, a governança corporativa e a geração de milhares de empregos diretos e indiretos contribuem para otimização do valor econômico e bem comum. O conceito de sustentabilidade sempre esteve presente na cultura da Companhia e permeou a sua forma de operar e gerir o negócio. A São Martinho tem investido historicamente em melhorias de processos, tecnologias e iniciativas que, além de refletir sua preocupação com a sustentabilidade, melhoram sua eficiência operacional. **9.1. Projetos Sociais/Ações Sociais** PROGRAMAS VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL O setor sucroenergético é importante indutor de desenvolvimento para as regiões nas quais opera. Por meio das atividades empresariais, diversos impactos sociais e econômicos positivos – como a dinamização da economia local, a geração de empregos diretos e indiretos, a qualificação de mão de obra e a melhoria das práticas na cadeia de suprimentos – são promovidos, reforçando a contribuição dos negócios para a sociedade. Na Companhia, o respeito pelas pessoas e o bom relacionamento com a comunidade estão expressos na Política de Responsabilidade Social – que atribui à São Martinho valores como a ética e a transparência com seus públicos. O alinhamento às melhores práticas de mercado, com certificações socioambientais na produção e o fomento à educação e ao desenvolvimento local, também reforça os benefícios potenciais para as localidades em que está presente. As comunidades são envolvidas nas ações, mediante reuniões que a empresa realiza com secretarias de educação e cultura e Prefeituras Municipais. Os projetos e as ações sociais são alinhados em conjunto, fortalecendo assim nossa parceria e tendo maior efetividade nas ações que levamos para comunidade. A empresa patrocina e apoia, anualmente, projetos e eventos de cultura e lazer para suas comunidades locais. **Primeiro Emprego Projovem e Patrulheiros** Desenvolvido em parceria com instituições de Itacemópolis e Pradópolis, promoveu, em 2018, o acesso de 55 jovens, com idades entre 16 e 18 anos, ao mercado de trabalho. O projeto oferece capacitação e oportunidades profissionais aos estudantes da rede pública de ensino. Ao fim, os jovens têm a possibilidade de permanecer na Companhia ou de participar de recrutamentos até um ano após sua saída. Iniciado há 19 anos, o projeto proporcionou oportunidades para todos os participantes do programa. No quadro da São Martinho, há vários profissionais oriundos do Primeiro Emprego Projovem e Patrulheiros. **Telessalas** O projeto, realizado pela Usina Iracema, em parceria com a Fundação Bradesco e a Prefeitura de Itacemópolis, oferece a jovens e adultos a oportunidade de retornar aos estudos em Telessalas, com equipamentos, material didático e monitores custeados pela Empresa. Desde 2002, milhares de alunos já se formaram por meio da iniciativa, nos ensinos Fundamental e Médio. **Programa Bom Ano Escolar** Desenvolvido nas Usinas Iracema e Santa Cruz, o programa visa auxiliar os colaboradores a manter seus filhos na escola por meio da entrega de kits com material escolar. A cada ano, são abertas inscrições para que os colaboradores solicitem o benefício, entregue no mês de fevereiro. São kits para alunos do 1º ao 9º ano na Usina Iracema e para alunos da pré-escola e 1º ano ao ensino técnico na Usina Santa Cruz. São mais de 1.500 kits distribuídos todos os anos, garantindo a educação de futuros cidadãos para as comunidades. **CULTURA E LAZER Teatro Prefeito Virgínio Ometto** A Usina Iracema e a Associação Movimento Arte e Cultura de Itacemópolis (AMACI) promoveram, em parceria, a reforma do antigo cinema da cidade, que se transformou em um moderno e aconchegante cineteatro. O objetivo é proporcionar momentos de lazer e cultura à comunidade, em uma estrutura que conta com capacidade para receber 324 pessoas e um palco de 12 metros de comprimento. Mensalmente, a usina apoia a associação para manter o espaço em funcionamento. Milhares de pessoas participam de eventos culturais, dentre eles peças teatrais, sessões de cinema, apresentações de Orquestra Sinfônica e Stand Up. Na safra 2018/2019, espetáculos de dança, música e teatro foram promovidos para a comunidade. **Teatro na Cidade – Estação Cultura** Projeto Estação Cultura, uma iniciativa promovida pela São Martinho para levar cultura de uma forma diferente a crianças e adultos dos municípios de



Pradópolis, Itacemópolis, Américo Brasileiro e Quirinópolis (GO). A caravana leva, espetáculos gratuitos de teatro, circo, sessões de cinema,

Relatório da Administração

mo, que promove a movimentação mínima do solo de forma a atender as necessidades de desenvolvimento da cultura da cana. **Preservação da fauna e flora** A preservação e manutenção das matas nativas – áreas de preservação permanente e reserva legal – promovem a biodiversidade das áreas de cultivo e do entorno da Companhia. Para os projetos que abrangem matas nativas, a Companhia conta com viveiros próprios com espécies de árvores nativas, frutíferas e exóticas. Além de promover ações de recomposição florestal nas áreas da Companhia, parte das mudas produzidas é doada para prefeituras, escolas, ONGs, parceiros, colaboradores e projetos assistenciais das cidades circunvizinhas. No ano 2000, a São Martinho implantou o projeto de preservação ambiental Viva a Natureza, com os objetivos de recompor e conservar as matas ciliares, proteger nascentes e mananciais, minimizar o risco de assoreamento nos cursos de água e preservar as espécies nativas. Além disso, o projeto possibilitou a conscientização dos colaboradores da Companhia, estudantes e as comunidades localizadas no entorno das unidades sobre a importância da preservação da natureza. Atualmente, o projeto já promoveu o plantio de mais de 4,3 milhões de mudas. **Atendimento às legislações, regulamentações e demais requisitos e compromissos assumidos pela organização** Por ter entre seus valores o respeito ao meio ambiente, a São Martinho está sempre atenta à preservação de forma equilibrada, visando assegurar seu crescimento consciente por meio do respeito à legislação aplicável. A Companhia realiza o monitoramento de requisitos legais por meio de software especializado, bem como o cumprimento das exigências técnicas de suas licenças ambientais. A São Martinho, contudo, não se limita a cumprir as exigências legais, buscando sempre adiantar-se aos possíveis impactos ambientais significativos gerados por seus processos agroindustriais. **Certificações** Na busca de maior integração entre os diversos processos de gestão, sintonizando as operações a padrões nacionais e internacionais de qualidade, segurança e conformidade legal e socioambiental, a São Martinho está implantando o Sistema de Gestão Integrada (SGI), cujas prioridades são: • Conectar e criar sinergia entre os aspectos de qualidade, segurança e meio ambiente nas operações; • Implantar e/ou adequar os sistemas de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade em todas as unidades, em linha com certificações internacionais como as normas ISO; • Fortalecer diagnóstico em ações de impacto social, adequando os processos de gestão para torná-los auditáveis segundo diretrizes internacionais, como a ISO 26.000; • Incrementar o relacionamento com partes interessadas, com destaque para os clientes, com a estruturação de vários canais para atendimento de demandas. O SGI é um meio de sistematizar, acompanhar e aprimorar práticas para o atendimento dos requisitos das seguintes certificações implementadas pela São Martinho: **Bonsucro**: é uma certificação que estabelece critérios e indicadores para a promoção de melhorias relacionadas aos impactos ambientais, sociais e econômicos na produção da cana-de-açúcar, de tal modo que os processos da cadeia produtiva sucroenergética sejam realizados de forma sustentável. Esta certifica que a produção e a cadeia de suprimentos da cana-de-açúcar atendem aos requisitos relacionados ao cumprimento da lei, respeito aos direitos humanos e trabalhistas, gerenciamento da eficiência de insumos e produção, gerenciamento da biodiversidade e dos serviços do ecossistema e melhoria contínua das áreas-chaves do negócio. As unidades Iracema e Santa Cruz são certificadas. **GMPPPlus**: certificação que define as condições relacionadas às instalações de produção, bem como para atividades de armazenamento, transporte, comércio e monitoramento. Essa abordagem garante o controle por toda a cadeia de ração animal para que a produção aconteça de acordo com os padrões mais elevados. As unidades Iracema, São Martinho e Santa Cruz são certificadas. **Hala!**: selo que certifica que os produtos têm seu processo de fabricação de acordo com as leis muçulmanas, dando segurança de consumo aos seus seguidores. A unidade Iracema é certificada. **ISO9.000**: especifica um sistema de gestão da qualidade, demonstrando a capacidade para prover consistentemente produtos que atendam aos requisitos do cliente e aos requisitos estatutários e regulamentáveis aplicáveis. A unidade Santa Cruz é certificada. **ISO14.000**: especifica um sistema de gestão ambiental, demonstrando a busca contínua da melhoria no gerenciamento suas responsabilidades ambientais de forma sistemática, contribuindo para o pilar ambiental da sustentabilidade. A unidade Santa Cruz é certificada. **ISO17.025**: estabelece requisitos gerais para a competência, imparcialidade e operação de laboratórios, contribuindo para a confiabilidade da tomada de decisões com base em dados laboratoriais. O Laboratório de Análises Agrícolas da unidade São Martinho é certificada. **Kosher**: selo que certifica que os produtos têm seu processo de fabricação de acordo com as leis judaicas, dando segurança de consu-

mo aos seus seguidores. As unidades Iracema e São Martinho são certificadas. **Programa Etanol Verde**: iniciativa que faz parte do Protocolo Ambiental, do qual a São Martinho é signatária desde seu lançamento, em 2008. Atualmente, a certificação é renovada e atesta que as usinas desenvolvem ações que estimulam a sustentabilidade da cadeia produtiva de açúcar, do etanol verde e da bioenergia. Entre os pontos estabelecidos pelo protocolo e que buscam a redução de impactos da agroindústria canavieira no meio ambiente estão: antecipação dos prazos de eliminação da palha da cana, proteção dos remanescentes florestais de nascentes e de matas ciliares, controle das erosões e melhores práticas de uso do solo, além da redução de consumo de água na etapa industrial. Todas as unidades São Martinho são certificadas.

10. Aderência à Câmara de Arbitragem A Sociedade, seus acionistas, administradores

	2019	2018
a) Nome empresarial	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	14 de agosto de 2018	15 de agosto de 2017
c) Data da contratação dos serviços	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir em 31 de março de 2019 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2018, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir em 31 de março de 2017 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2017, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês.
d) Descrição dos serviços contratados	Não houve substituição do auditor	Não houve substituição do auditor
e) Substituição do auditor		
i) Justificativa da substituição		
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não há	Não há

Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados: Serviços de auditoria: R\$ mil 1.252,4 Outros serviços: R\$ mil 16 A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), por meio de sua filial localizada em Campinas – SP, foi contratada para prestar os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de março de 2019 e revisões das informações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de dezembro e 30 de setembro e 30 de junho de 2018. Adicionalmente a EY foi contratada para revisão dos projetos do FORMP&D ano base 2017. Os honorários referentes a este serviço totalizaram R\$ 16 mil. Sendo assim, os outros serviços totalizaram 1,36% do total de serviços de auditoria externa/revisão. Política ou procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes: A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelos quais entendeu que a

e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Sociedade, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sancões e do Contrato de Participação no Novo Mercado, nos termos do artigo 47 de seu Estatuto Social.

11. Serviços Prestados pelos Auditores Externos Em relação aos Auditores Independentes:

	2019	2018
Exercício social findo em 31 de março de 2017	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322 0500 Fax: (19) 3322 0559
Exercício social findo em 31 de março de 2018	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir em 31 de março de 2018 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2017, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir em 31 de março de 2017 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2016, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês.

prestação de outros serviços não afetava a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa: Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a São Martinho se pauta no seu Código de Ética e nas boas práticas de governança corporativa, sendo a contratação dos demais serviços atribuição da Diretoria e dos auditores independentes do Conselho de Administração. A administração da Companhia e nossos auditores externos, Ernst & Young, entendem que sua independência não está prejudicada, porque a São Martinho é responsável por todas as decisões que foram ou deverão ser tomadas, e a Ernst & Young não assumirá responsabilidades como empregado ou administrador da Companhia, e que o objeto do trabalho não tem relacionamento com os sistemas financeiros ou contábeis. Confirmam que atuam como auditores independentes da São Martinho no âmbito do disposto na legislação societária brasileira, na regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade e da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Adicionalmente, confirmam que sua política de atuação junto aos seus clientes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se definem internacionalmente em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Balanco Patrimonial em 31 de março de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Controladora		Consolidado		
	Nota	2019	2018	2019		2018	Nota	2019	2018	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	197.170	139.622	197.607	140.865	14	754.999	574.569	754.999	686.630
Aplicações financeiras	5	1.790.855	953.900	1.838.261	1.320.851	22	37.369	8.862	37.369	8.862
Contas a receber de clientes	6	145.134	66.813	163.412	177.893	15	155.492	111.893	152.713	154.146
Instrumentos financeiros derivativos	22	53.967	66.345	53.967	69.173	16	9.094	8.583	9.094	8.583
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	224.170	260.209	232.322	334.654	16	133.598	109.711	134.372	137.155
Ativos biológicos	11	657.057	419.732	657.057	581.725	16	38.907	9.289	40.833	16.877
Tributos a recuperar	8	19.150	23.802	20.124	36.093	19	-	-	4.178	4.167
Imposto de renda e contribuição social	19	79.759	5.795	79.759	9.687	19	81.077	148.341	81.077	148.341
Dividendos a receber	9	-	3.211	-	-	9 e 31	4.246	14.526	4.295	16.406
Outros ativos		9.276	16.654	10.191	16.917	10	11.715	11.715	11.715	11.746
Total do Circulante		3.176.538	1.956.083	3.252.700	2.687.858		1.247.713	1.016.213	1.257.665	1.221.200
Não Circulante										
Aplicações financeiras	5	49.681	24.591	53.345	50.669	14	3.697.601	3.045.999	3.697.601	3.238.267
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	131.881	88.430	131.881	111.135	22	13.520	930	13.520	930
Partes relacionadas	9	9	6.527	-	5.834	16	201.498	201.787	201.498	201.787
Instrumentos financeiros derivativos	22	229	3.617	229	3.617	16	201.498	201.787	201.498	201.787
Contas a receber de clientes	6	-	-	22.488	24.869	19	482.442	444.443	988.760	1.007.923
Valores a receber da Copersucar		10.017	9.355	10.017	9.355	21	161.663	70.096	162.130	99.122
Tributos a recuperar	8	79.790	111.677	79.790	122.200	9 e 31	26.890	38.510	26.890	38.510
Imposto de renda e contribuição social	19	-	117.442	-	117.442	10	6.650	14.542	6.650	14.542
Depósitos judiciais	21	27.035	24.150	27.210	28.673	17	4.593.262	3.818.963	5.100.047	4.603.737
Outros ativos		14.366	439	14.366	439					
Total do Não Circulante		313.008	386.228	339.326	474.233		1.696.652	1.549.302	1.696.652	1.549.302
Investimentos	10	1.345.290	2.704.518	33.537	32.552		9.418	9.418	9.418	9.418
Imobilizado	12	3.979.304	2.679.114	5.644.660	5.449.912		(234.100)	(234.100)	(234.100)	(234.100)
Intangível	13	417.845	399.008	478.499	470.157		-	11.578	-	11.578
Total do Não Circulante		5.742.439	5.782.640	6.156.696	5.952.621		1.016.355	1.120.319	1.016.355	1.120.319
Total do Ativo		8.918.977	7.738.723	9.409.396	8.640.479		9.231.985	8.124.951	9.231.985	9.231.985

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		Receitas	Controladora		Consolidado		
	Nota	2019	2018	2019		2018	Nota	2019	2018	2019
Lucro líquido do exercício		314.045	491.706	314.045	491.706	25	3.268.557	2.497.718	3.360.362	3.435.700
Ajustes						26	(2.524.100)	(1.858.049)	(2.488.932)	(2.336.341)
Depreciação e amortização	26	426.446	255.691	430.032	356.202		744.457	639.669	871.430	1.099.359
Ativos biológicos colhidos	26	606.589	395.522	606.589	539.380					
Variação no valor justo de ativos biológicos	26	(5.059)	69.361	(5.151)	63.064					
Amortização de contratos de energia		-	-	8.153	8.210					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(121.407)	(334.474)	240	2.994					
Ganho de capital em investimento controlado em conjunto		-	-	(306)	-					
Resultado de investimento e imobilizado baixados	12	4.827	1.054	6.757	1.276	26	(94.828)	(105.275)	(97.367)	(119.778)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		274.896	176.550	268.188	188.823	26	(187.050)	(141.196)	(194.925)	(180.070)
Instrumentos financeiros derivativos		22.021	(101.999)	22.021	(104.827)	10	121.407	334.474	(240)	(2.994)
Constituição de provisão para contingências, líquidas	21.1	71.397	13.042	71.413	10.964	28	117.262	2.441	119.124	3.164
Imposto de renda e contribuição social	19 (b)	58.434	69.601	65.189	130.840		(43.209)	90.444	(173.408)	(299.678)
Ajuste a valor presente e outros		13.377	5.941	10.662	2.536		701.248	730.113	698.022	799.681
Variáveis nos ativos e passivos		1.665.550	1.041.995	1.797.832	1.691.168		92.912	88.987	103.718	122.702
Contas a receber de clientes		24.759	67.435	26.468	(9.547)		(310.330)	(290.971)	(311.154)	(333.519)
Estoques		56.767	(48.418)	56.957	(60.371)		(35.007)	34.181	(35.008)	31.858
Tributos a recuperar		112.085	65.460	112.075	69.888		(76.344)	(1.003)	(76.344)	1.824
Instrumentos financeiros derivativos		2.323	203.359	2.323	203.359		(328.796)	(168.806)	(318.788)	(177.135)
Outros ativos		1.802	1.244	1.389	2.708		372.479	561.307	379.234	622.546
Fornecedores		(7.890)	6.023	(1.094)	13.252					
Salários e contribuições sociais		(22.306)	13.217	(22.249)	15.491		(24.455)	(41.292)	(31.606)	(71.218)
Tributos a recolher		(550)	(54.513)	(1.126)	(60.618)		(33.979)	(28.309)	(33.583)	(59.622)
Obrigações Copersucar		(13.549)	(43.666)	(13.549)	(43.666)		314.045	491.706	314.045	491.706
Provisão para contingências - liquidações	21.1	(21.400)	(18.039)	(21.400)	(25.452)		0,9610	1,4748	0,9610	1,4748
Outros passivos		(16.407)	12.783	(21.041)	11.835		0,9610	1,4709	0,9610	1,4709
Caixa proveniente das operações		1.781.184	1.246.880	1.916.585	1.808.047					
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(228.676)	(231.428)	(229.410)	(277.361)					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(6.201)	(25.535)					
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.552.508	1.015.452	1.680.974	1.505.151					

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
--	--------------	--	-------------	--

Balanco Patrimonial em 31 de março de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

	Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de março 2019 e 2018 - Em milhares de reais				Distribuição do valor adicionado	Controladora				Consolidado			
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receitas					Pessoal e encargos								
Vendas brutas de mercadorias e produtos	3.626.102	2.651.839	3.738.840	3.721.324	Remuneração direta	574.001	442.739	574.228	551.562				
Receita referente a construção de ativos próprios	1.056.568	747.169	1.060.507	977.347	Benefícios	184.225	139.801	184.744	171.532				
Outras receitas	15.932	2.525	17.412	2.215	FGTS	50.989	42.077	51.005	52.166				
	4.698.602	3.401.533	4.816.759	4.700.886	Honorários dos administradores	27.071	19.059	28.432	20.801				
Insumos adquiridos de terceiros					Impostos, taxas e contribuições								
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.202.563)	(931.163)	(1.156.682)	(1.086.064)	Federais	151.712	119.234	167.628	271.796				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(1.003.739)	(730.897)	(1.034.009)	(969.570)	Estaduais	75.403	1.397	75.862	13.271				
	(2.206.302)	(1.662.060)	(2.190.691)	(2.055.634)	Municipais	1.035	607	1.221	852				
Valor adicionado bruto	2.492.300	1.739.473	2.626.068	2.645.252	Financiadores								
Depreciação e amortização	(426.446)	(255.691)	(430.032)	(356.202)	Juros	282.977	266.087	283.732	306.622				
Ativos biológicos colhidos	(606.589)	(395.522)	(606.589)	(539.380)	Aluguéis	2.845	2.573	2.845	2.928				
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.459.265	1.088.260	1.589.447	1.549.470	Variações cambiais	356.418	145.467	356.418	151.468				
Valor adicionado recebido em transferência					Outras	131.611	122.589	131.700	125.902				
Resultado de equivalência patrimonial	121.407	334.474	(240)	(2.994)	Dividendos	74.586	116.780	74.586	116.780				
Receitas financeiras	447.172	383.091	457.967	425.167	Lucros retidos do exercício	239.459	374.926	239.459	374.926				
Outras	124.288	(12.489)	124.686	(11.237)	Valor adicionado distribuído	2.152.132	1.793.336	2.171.860	2.160.606				
Valor adicionado total a distribuir	2.152.132	1.793.336	2.171.860	2.160.606									

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional A São Martino S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo, listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto (conjuntamente, "São Martino") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia. A Companhia é controlada pela holding LUN Participações S.A. ("LUN"), com participação de 52,26% no capital votante. A LUN, por sua vez, é de propriedade das seguintes holdings familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda. Conforme detalhado na nota 10.2, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de abril de 2018, foi aprovada a incorporação da Usina Boa Vista S.A. ("UBV"). Sendo assim, a comparabilidade do resultado do período corrente com o mesmo período anterior da controlada, fica significativamente afetada. A emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2019 ("demonstrações financeiras atuais") foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 24 de junho de 2019.

2. Resumo das principais políticas contábeis
2.1 Declaração de conformidade e base de preparação As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Referidas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.
2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martino Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerais
São Martino Energia S.A. ("SME")	Cogeração de energia elétrica.
Cia Bioenergética Santa Cruz 1 ("Bio")	Cogeração de energia elétrica.
São Martino Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades.
São Martino Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martino Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral

(i) São Martino Terras Imobiliárias ("SM Terras Imobiliárias"): inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliário, constituídas através de SPE's (Sociedade de Propósito Específico). Os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos sobre os ativos líquidos daquela entidade e as obrigações das partes dos acordos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado do controle de um negócio, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes da entidade requerem consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Conforme divulgado na nota 10.4, em 1º de fevereiro de 2019 a Santa Luiza S/A ("USL"), foi incorporada pela Companhia. Em 31 de março de 2018, a companhia detinha 66,67% de participação no capital social.
2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").
2.4 Conversão em moeda estrangeira As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.
2.5 Instrumentos financeiros A Companhia adotou o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de hedge) e não optou pela representação de informações comparativas. A nova norma reúne os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração de ativos financeiros A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. (ii) Redução no valor recuperável (Impairment) A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: perdas de crédito esperadas para 12 meses e perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia faz gestão do risco de crédito conf. mencionado na Nota 22.2, contratando operações apenas com instituições financeiras de primeira linha. A Administração monitora periodicamente o risco de crédito e não observa impactos relevantes nas demonstrações financeiras atuais. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras, o montante de R\$ 620 referente ao cálculo de perdas esperadas de crédito no segmento imobiliário. Referido ajuste foi registrado deduzindo a conta de "Contas a receber de clientes" em contra partida da conta de "Lucros acumulados". (iii) Contabilidade de hedge A Companhia continuará adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9. a) **Ativos Financeiros** Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação. b) **Passivos Financeiros** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. c) **Instrumentos financeiros derivativos** Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como hedge accounting. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge. As variações no valor justo dos derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do hedge.
2.6 Combinações de negócios e ágio Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a identificação, a participação da São Martino no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a) (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa. O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Ágio" no balanço patrimonial controladora e consolidado. Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida. **Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas.** Ao adquirir um negócio, a São Martino avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martino que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.
2.7 Arrendamentos Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

3. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamento Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento

abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia obtém compromissos relevantes, conforme Nota 11 a) e está avaliando o impacto nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda A interpretação (até o momento sem correspondência equivalente emitida pelo CPTC) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza sobre a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigorará para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.

4. Principais usos de estimativas e julgamentos As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir: a) **Perda (impairment)** Anualmente, a São Martino testa eventuais perdas (impairment) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. b) **Valor justo dos ativos biológicos** Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. c) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** A São Martino reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado. d) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A São Martino utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período. e) **Provisão para contingências** A São Martino é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. f) **Combinação de negócios e aquisição de participação societária** A administração contrata peritos independentes para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do purchase pricing allocation (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição. Nos exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018, não ocorreram Combinações de Negócios. g) **Benefícios fiscais de ICMS** Conforme descrito na Nota 17 (d), a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 07 de agosto de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea "g" do inciso XII do § 2o do art. 155 da Constituição Federal. Os Estados e o Distrito Federal deverão regularizar/ratificar os seus benefícios nesse contexto, efetuando o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos benefícios fiscais por eles concedidos. A Administração da Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução do cumprimento das obrigações por parte do Estado de Goiás, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado			
	2019	2018	2019	2018		
Caixa e bancos - no Brasil	156	7.217	593	8.461		
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)	2,3% a.a.	197.014	132.405	2,3% a.a.	197.014	132.404
Total de caixa e equivalentes de caixa		197.170		139.622	197.607	140.865
Aplicações financeiras						
· Fundo de investimento	101,28% CDI	1.790.855	953.900	101,28% CDI	1.838.261	1.320.851
· Fundos - LFT (i)	100% SELIC	25.917	4.159	100% SELIC	25.917	24.371
· CDB	98,11% CDI	23.764	19.873	98,11% CDI	23.765	19.873
· Outros (j)	100% CDI	-	559	100% CDI	3.663	6.425
Total de aplicações financeiras		1.840.536	978.491		1.891.606	1.371.520
No ativo não circulante		49.681	24.591		53.345	50.669
Total de recursos disponíveis		1.988.025	1.093.522		2.035.868	1.461.716

(i) Recursos dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES e corretoras com restrição de resgate até o vencimento dos contratos
6. Contas a receber de clientes As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Clientes mercado interno	118.229	66.583	158.995	202.532
Clientes mercado externo	26.905	230	26.905	230
	145.134	66.813	185.900	202.762
Ativo circulante	145.134	66.813	163.412	177.893
Ativo não circulante	-	-	22.488	24.869

Conforme citado na nota 2.5, o montante a receber de clientes está líquido de provisão para perdas (impairment) no valor de R\$ 608, oriundos da adoção ao IFRS 9. Referida provisão é advinda do segmento imobiliário. O "aging list" das contas a receber está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer:	144.282	66.813	184.857	201.441
Vencidas e não provisionadas:				
até 30 dias	12	-	82	276
acima de 31 dias	840	-	961	1.045
	145.134	66.813	185.900	202.762

Do saldo a receber, R\$ 5.130 e R\$ 109 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 7.594 e R\$ 297, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2018, respectivamente) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.
7. Estoques e adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	47.825	117.654	47.825	136.531
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	52.413	60.895	52.413	71.163
Adiantamentos - compras de insumos	55.746	42.030	55.746	62.176
Loteamentos - terras	-	-	8.152	5.820
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	68.186	39.630	68.186	58.964
	224.170	260.209	232.322	334.654
Não Circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	131.881	88.430	131.881	111.135
	131.881	88.430	131.881	111.135
	356.051	348.639	364.203	445.779

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os estoques de terrenos (Loteamentos) são apresentados pelo custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (deemed cost). O saldo classificado como "Loteamentos - terras" refere-se aos empreendimentos imobiliários. A Companhia firmou contratos para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), cuja parte da entrega ocorrerá somente em exercícios futuros.
8. Tributos a recuperar A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

Empresa	% de participação (atual)	Patrimônio líquido ajustado da investida		Resultado com equivalência patrimonial
		2019	2018	
São Martino Terras Imobiliárias S.A.	100,00%	147.924	148.494	5.497
São Martino Energia S.A.	100,00%	25.387	26.214	29.173
São Martino Inova S.A.	100,00%	25.911	24.360	857
São Martino Terras Agrícolas S.A.	100,00%	1.044.247	1.042.766	45.838
São Martino Logística e Participações S.A.	100,00%	2.828	2.952	(124)
Usina Boa Vista S.A. (Nota 10.2)	100,00%	-	1.353.646	-
Companhia Bioenergética Santa Cruz 1	100,00%	97.133	104.227	43.339
Puliscic Participações Ltda (Nota 10.3)	-	-	-	(2.252)
Outros	-	-	1.859	1.859
Total classificados no investimento		1.343.430	2.702.659	122.328
Classificados no passivo não circulante				
Usina Santa Luiza S.A. (i) (Nota 10.4)	-	(21.812)	-	(921)
Total classificados no passivo não circulante		(21.812)	(14.542)	(921)
Saldo final		1.343.430	2.680.847	121.407

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
PIS / COFINS	12.139	12.423	12.164	13.793
ICMS	6.129	10.383	7.071	21.184
Outros	882	996	889	1.116

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2019, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 28.923 (R\$ 0,0824 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária. **f) Plano de outorga de opção de compra de ações** Durante as demonstrações financeiras atuais, conforme detalhado na Nota 9 (d), foi definida a mudança dos saldos dos planos vigentes de Outorga de Opções de Compra de Ações, que fora aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2018. Referido saldo foi transferido para o passivo circulante. **g) Reserva de capital** Refere-se a avaliação a valor de mercado das ações da Companhia emitidas no momento da troca de ações com os acionistas não controladores.

18. Programa de participação nos lucros e resultados A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no exercício atual e em 31 de março de 2018, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi na Controladora de R\$ 54.614 e R\$ 51.639 (Consolidado – R\$ 54.647 e R\$ 65.424), respectivamente.

19. Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das

demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **a) Composição dos saldos**

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante				
. Imposto de renda e contribuição social - antecipações	3.224	5.795	3.224	9.687
. Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	76.535	-	76.535	-
	79.759	5.795	79.759	9.687
Ativo não circulante				
. Imposto de renda e contribuição social, a compensar	-	117.442	-	117.442
No passivo circulante - Débitos correntes				
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	-	4.178	4.167

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Reconhecido no resultado	Incorporação UBV e USL / Reversão prej. fiscal no PERT	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2019
Controladora	2018			
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	24.206	9.803	3.324	37.332
Instrumentos financeiros derivativos	27.727	7.675	-	80.673
Provisão para contingências	23.197	13.980	1.858	39.036
Ativos biológicos e Produto agrícola (valor justo)	35.159	3.656	(3.475)	35.340
Provisão para outras obrigações	7.175	807	19	8.001
Varição cambial	-	53.357	-	53.357
Outros Ativos	6.429	(2.392)	(33)	4.004
Total do IR e CS ativo	123.893	86.886	1.693	257.743
Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(162.391)	(19.765)	-	(183.539)
Depreciação acelerada incentivada	(180.591)	(89.466)	(49.514)	(319.571)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(130.858)	(29.319)	-	(160.177)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(52.669)	26.398	-	(26.271)
Varição Cambial	(8.667)	(16.724)	-	(25.391)
Alienação de investimento com tributação diferida	(18.973)	2.711	-	(16.262)
Financiamentos securitizados	(13.587)	4.913	(87)	(8.761)
Ajuste a valor presente	(600)	387	-	(213)
Total do IR e CS passivo	(568.336)	(120.865)	(50.984)	(740.185)
Saldo do IR e CS Diferidos	(444.443)	(33.979)	(49.291)	45.271

	2018	Reconhecido no resultado	Incorporação UBV e USL / Reversão prej. fiscal no PERT	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Incorporação USL / Reversão prej. fiscal no PERT	Ajuste consolidado - Direitos sobre contratos energia	2019
Consolidado	2018						
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	24.205	9.803	-	3.324	-	-	37.332
Instrumentos financeiros derivativos	27.728	7.675	45.271	-	-	-	80.674
Provisão para contingências	25.056	13.980	-	-	-	-	39.036
Ativos biológicos e Produto agrícola (valor justo)	31.686	3.656	-	-	-	-	35.342
Participação de empregados no resultado e bônus	508	(508)	-	-	-	-	-
Provisão para outras obrigações	7.175	1.315	-	-	-	-	8.490
Varição Cambial	-	53.357	-	-	-	-	53.357
Outros Ativos	5.905	(2.547)	-	-	-	-	3.358
Total do IR e CS ativo	122.263	86.731	45.271	3.324	-	-	257.589
Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(646.075)	(19.261)	-	-	-	-	(665.336)
Depreciação acelerada incentivada	(230.105)	(89.466)	-	-	-	-	(319.571)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(130.858)	(29.319)	-	-	-	-	(160.177)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(52.669)	26.398	-	-	-	-	(26.271)
Varição Cambial	(8.667)	(16.724)	-	-	-	-	(25.391)
Alienação de investimento com tributação diferida	(18.973)	2.711	-	-	-	-	(16.262)
Financiamentos securitizados	(13.587)	4.913	-	(87)	-	-	(8.761)
Ajuste a valor presente	(599)	387	-	-	-	-	(212)
Outros passivos	(151)	151	-	-	-	-	-
Ativo Intangível	(23.012)	-	-	-	-	4.251	(18.761)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(4.964)	(104)	-	-	-	-	(5.068)
Total do IR e CS passivo	(1.129.660)	(120.314)	-	(87)	-	4.251	(1.245.810)
Saldo do IR e CS Diferidos	(1.007.397)	(33.583)	45.271	3.237	-	4.251	(988.221)
Outros tributos Diferidos	(526)	-	-	-	-	-	(539)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal. A São Martinho reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são atualizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, apurada nos termos da instrução CVM 371/02, indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir.

	Expectativa de realização
Consolidado	
Na safra 19/20	35.732
Na safra 20/21	63.680
Na safra 21/22	42.176
Na safra 22/23	9.187
Na safra 23/24	36.553
A partir da safra 24/25	70.261
	257.589

Contrato de fornecimento de etanol Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a Mitsubishi Corporation até a safra 2038/2039, em condições de mercado. **Fornecimento de Energia Elétrica** A Companhia, a Bio e a SME mantêm compromissos de comercialização de parte de sua produção por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) tanto no mercado regulado (leilões), quanto no mercado livre (contratos de venda com terceiros). **Compras de insumos** A Companhia mantém compromissos para aquisição de insumos com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação é realizada por meio de compra para entrega futura.

21. Provisão para contingências As provisões são reconhecidas quando a São Martinho tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações financeiras. **21.1 Perdas prováveis** A São Martinho, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Tributários	Cíveis e ambientais	Tra-balhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2018	12.665	5.698	51.733	70.096	24.150
Incorporação UBV	3.194	21.420	4.011	28.625	4.349
Incorporação USL	-	32	315	347	172
Adições (i)	59.390	863	19.522	79.775	6.213
Reversões	(807)	(1.268)	(6.303)	(8.378)	-
Utilizações	(5.825)	(1.124)	(14.451)	(21.400)	(9.562)
Atualizações	5.066	1.552	5.980	12.598	1.713
Saldo em 31 de março de 2019	73.683	27.173	60.807	161.663	27.035

(i) Do montante adicionado sobre contingências tributárias, R\$ 58.313 são incidentes sobre a verba indenizatória, conforme detalhado na Nota 16 (b). Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Na data das demonstrações financeiras atuais, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado): **Processos tributários:** Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pela São Martinho, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; e (b) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contábeis para defesa da empresa em processos tributários. **Processos cíveis e ambientais:** Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) reparação de danos em áreas que sofreram queima de palha de cana-de-açúcar; (iii) execuções de natureza ambiental e (iv) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa da empresa em processos cíveis e ambientais. **Processos trabalhistas:** As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) horas "in itinere"; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o consequente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional. **21.2 Perdas possíveis** A São Martinho é parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos	372.479	561.307	379.234	622.546
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(126.643)	(190.844)	(128.940)	(211.666)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
. Equivalência patrimonial	41.278	113.721	(82)	(1.018)
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1.050)	6.737	(1.050)	6.383
. Subvenção estadual	33.241	-	33.241	25.391
. Lançamentos extemporâneos de IRPJ e CSLL	(5.769)	-	(5.769)	-
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	36.687	41.989
. Incentivos fiscais	182	-	182	6.326
. Outros	327	785	542	1.755
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(58.434)	(69.601)	(65.189)	(130.840)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(24.455)	(41.292)	(31.606)	(71.218)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.979)	(28.309)	(33.583)	(59.622)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15,7%	12,4%	17,2%	21,0%

20. Compromissos A São Martinho estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque na presente informação contábil: **Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal** A São Martinho possui áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou enriquecimento, correspondente a matas ciliares e reserva legal, destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas, observando estritamente as disposições do Código Florestal em relação à preservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A São Martinho já providenciou a inscrição de seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aderirá ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Eventuais investimentos para regularização ambiental, a forma que os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação e demais atividades para regularização ambiental, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado.

Natureza	2019		2018		2019		2018		
	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	
Ambientais	59	8.485	43	7.645	59	8.485	43	7.645	
Cíveis									
Indenizatórias	40	25.811	15	4.211	40	25.811	15	4.211	
Revisão de contratos	11	7.385	4	5.857	12	7.404	8	5.912	
Outros processos	21	160	14	70	21	160	15	71	
Trabalhistas	47	1.582	17	61	47	1.582	20	61	
Tributários									
Contribuição previdenciária	(i)	16	215.618	15	199.114	16	215.618	15	199.114
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	5	277.268	5	258.010	5	277.268	5	258.010
Compensação de Tributos Federais	(iii)	61	93.590	65	89.061	61	93.590	66	89.214
ICMS	(iv)	13	27.834	9	12.832	13	27.834	10	24.352
Outros processos	(v)	15	2.456	10	1.373	15	2.456	11	1.373
TOTAL		288	660.189	197	578.234	289	660.208	208	589.963

Processos tributários: (i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal. (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 314 do RIR/99. (iii) Os processos tratam de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento das manifestações de inconformidade/recursos voluntários. (iv) Os processos tratam de suposto crédito indevido de ICMS, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP. (v) Os processos tratam da discussão envolvendo outros processos tributários como, por exemplo, autos de infração referente à multa pela não homologação de compensação, execuções fiscais de IPTU, contribuição para o SENAI, taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM etc. Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito e (ii) revisão de contratos. Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrente de queima de palha de cana-de-açúcar, bem como ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente. Os processos trabalhistas têm como principal motivo os Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou ações anulatórias para cancelar estes mencionados autos.

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos. **22.1 Riscos de Mercado a) Risco Cambial** A administração estabelece uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas. Para

administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e swaps. A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabeleçam o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações. Ativos e passivos expostos à variação cambial O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

	2019	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	197.014	50.567
Contas a receber de clientes	26.905	6.906
Instrumentos financeiros derivativos	54.196	13.910
Total dos ativos	278.115	71.383
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	1.459.527	374.555
Instrumentos financeiros derivativos	50.889	13.060
Total dos passivos	1.510.416	387.615
Sub-total ativo (passivo)	(1.232.301)	(316.232)
(-) Financiamentos vinculados a exportações - ACC e PPE	653.825	167.789
Exposição líquida passiva	(578.476)	(148.443)

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas atuais demonstrações financeiras à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 3,8961 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 3,8967 por US\$ 1,00 para os passivos. **b) Risco de volatilidade no preço de commodities** A São Martinho está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Nas demonstrações financeiras atuais, 573.306 toneladas de açúcar estavam precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega na safra 19/20, com fixação em um preço médio de 13,54 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso), incluindo o prêmio de polarização. **c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** A São Martinho segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, swaps podem ser contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros (Libor). **d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado** O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está

exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para hedge accounting.

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado		
		Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(9.852)	(49.261)	(98.521)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(1.345)	(6.727)	(13.455)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(487)	(2.436)	(4.877)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(1)	(7)	(15)
	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	(328)	(820)	(1.641)
Contratos de swap		(12.013)	(59.251)	(118.509)
Exposição líquida				

(a) A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps (basis points) na curva de precificação do deriv

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e consolidado	Safras 19/20	Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
		Safras 20/21 e 21/22	Safras 22/23 e 23/24	Safras 24/25 à 25/26	TOTAL
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	5.320	-	-	-	5.320
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(3.242)	-	-	-	(3.242)
Varição cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(81.486)	(33.597)	(60.760)	(47.040)	(222.883)
	(79.408)	(33.597)	(60.760)	(47.040)	(220.805)
Tributos diferidos sobre os itens acima	26.999	11.423	20.658	15.993	75.073
	(52.409)	(22.174)	(40.102)	(31.047)	(145.732)

22.2 Risco de crédito A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da São Martinho que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes, a São Martinho avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **22.3 Risco de liquidez** O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo. O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado. Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Controladora	Menos de um ano				Entre um e três anos				Acima de três anos				Total
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016	
Em 31 de março de 2019													
Empréstimos e financiamentos	754.999	1.202.101	2.495.500	4.452.600									
Instrumentos financeiros derivativos	37.369	13.520	-	50.889									
Fornecedores	155.492	-	-	155.492									
Aquisição de participação societária	11.715	23.240	3.650	38.605									
Outros passivos	21.216	390	6.260	27.866									
	980.791	1.239.251	2.505.410	4.725.452									
Em 31 de março de 2018													
Empréstimos e financiamentos	574.569	1.627.291	1.418.708	3.620.568									
Instrumentos financeiros derivativos	8.862	930	-	9.792									
Fornecedores	111.893	-	-	111.893									
Aquisição de participação societária	11.746	23.240	15.270	50.256									
Outros passivos	18.693	-	14.542	33.235									
	725.763	1.651.461	1.448.520	3.825.744									

Controladora	Menos de um ano				Entre um e três anos				Acima de três anos				Total
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016	
Em 31 de março de 2019													
Empréstimos e financiamentos	754.999	1.202.101	2.495.500	4.452.600									
Instrumentos financeiros derivativos	37.369	13.520	-	50.889									
Fornecedores	152.713	-	-	152.713									
Aquisição de participação societária	11.715	23.240	3.650	38.605									
Outros passivos	27.020	390	6.260	33.670									
	983.816	1.239.251	2.505.410	4.728.477									

Controladora	Menos de um ano				Entre um e três anos				Acima de três anos				Total
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016	
Em 31 de março de 2019													
Empréstimos e financiamentos	686.630	1.779.745	1.458.522	3.924.897									
Instrumentos financeiros derivativos	8.862	930	-	9.792									
Fornecedores	154.146	-	-	154.146									
Aquisição de participação societária	11.746	23.240	15.270	50.256									
Outros passivos	28.287	-	14.542	42.829									
	889.671	1.803.915	1.488.334	4.181.920									

22.4 Gestão de capital Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SA "permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

23. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros 23.1 Classificação A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Ativos financeiros	Classificação	Controladora	
		2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	197.170	139.622
	Valor justo por meio do resultado	1.840.536	978.491
Aplicações financeiras	Custo Amortizado	145.134	66.813
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio do ORA	145.143	58.446
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	54.196	11.516
Instrumentos financeiros derivativos	Partes relacionadas	9	6.527
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Empréstimos e recebíveis	18.268	9.082
		2.400.456	1.270.497
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	16.496	29.274
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	4.436.104	3.591.294
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	33.617	8.844
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	17.272	948
Fornecedores	Custo Amortizado	155.492	111.893
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	38.605	50.256
Outros passivos	Custo Amortizado	27.866	33.235
		4.708.956	3.825.744
		4.711.981	4.181.920

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia. **23.2 Valor Justo** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. No exercício das demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Conforme balanço patrimonial - Consolidado	2019			2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	- 1.891.606	-	-	- 1.371.520		
Instrumentos financeiros derivativos	18.117	36.079	-	50.658	22.132	-
Ativos biológicos	-	-	657.057	-	-	581.725
	18.117	1.927.685	657.057	50.658	1.393.652	581.725
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos	12.769	38.120	-	5.873	3.919	-

Futuros e Opções na ICE O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado. **Opções de câmbio** O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o modelo "Black 76", utilizando dados públicos de mercado e características

das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o strike das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos. **Contratos a termo** O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, Libor e cupom cambial publicadas pela BM&F, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela ICE Futures na bolsa ICE. **Outros ativos e passivos financeiros** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, conta a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

Consolidado	2019		2018	
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários
Receita Bruta				
Mercado interno	140.706	2.223.752	230.458	4.277
Mercado externo	916.677	106.300	-	-
Resultado com derivativos	47.072	7.250	-	-
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(9.311)	(328.250)	(21.377)	(1.547)
Receita Líquida	1.095.144	2.009.052	209.081	2.730
Custo dos produtos vendidos	(845.175)	(1.568.684)	(43.064)	(207)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico	-	-	-	5.151
Lucro bruto	249.969	440.368	166.017	2.523
Margem bruta	22,83%	21,92%	79,40%	92,42%
Despesas com vendas	(72.110)	(13.791)	(10.652)	-
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	(76.041)
Lucro operacional	177.859	426.577	155.365	2.523
Margem Operacional	16,24%	21,23%	74,31%	92,42%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	(383.977)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	314.045

Consolidado	2019		2018	
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários
Receita Bruta				
Mercado interno	204.016	1.854.686	224.285	9.973
Mercado externo	1.313.574	27.807	-	4.738
Resultado com derivativos	103.540	(637)	-	99
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(17.665)	(309.846)	(16.992)	(1.554)
Receita Líquida	1.603.465	1.572.010	207.293	8.419
Custo dos produtos vendidos	(1.054.010)	(1.137.574)	(38.421)	(639)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico	-	-	-	(63.064)
Lucro bruto	549.455	434.436	168.872	7.780
Margem bruta	34,27%	27,64%	81,47%	92,41%
Despesas com vendas	(101.537)	(7.758)	(9.974)	-
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	(509)
Lucro operacional	447.918	426.678	158.898	7.780
Margem Operacional	27,93%	27,14%	76,65%	92,41%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	(251.174)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	491.706

Ativos operacionais consolidados por segmento Os principais ativos operacionais da São Martinho foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

Contas a receber de clientes	2019		2018	
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários
Estoque e adiantamento a fornecedores	175.256	189.932	-	8.153
Ativos biológicos	222.024	435.033	-	657.057
Imobilizado	2.211.348	3.291.965	130.163	11.184
Intangível	249.864	177.587	51.048	-
Total de ativos alocados	2.880.974	4.166.572	217.565	39.374
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	2.418.403
Total	2.880.974	4.166.572	217.565	39.374

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos. **25. Receitas** A São Martinho adotou o IFRS 15 (CPC 47) Receita de contrato com clientes. A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida, exigindo o reconhecimento do montante da receita para refletir a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. Referida norma substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. Em relação às vendas no mercado sucoalcooleiro e outros produtos derivados, representando substancialmente as receitas da Companhia, não houve impactos com a adoção da norma, uma vez que todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita. Sobre o segmento de Empreendimentos Imobiliários, a Companhia mantém a aplicação do OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica 02, conforme orientação da CVM, reconhecendo da receita ao longo do tempo (POC). A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da São Martinho. **a) Venda de produtos e prestação de serviços** A São Martinho comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, bagaço de cana, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação. A São Martinho presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos a medida que ocorrem. Na data das demonstrações financeiras atuais, a Companhia possuía clientes que representavam mais de 10% de suas receitas líquidas. Os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia correspondem a cerca de 24% da receita líquida; enquanto que, em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes correspondem a 21%. **b) Venda de terras e lotamentos (Empreendimentos Imobiliários)** As receitas de vendas e os custos dos terrenos inerentes aos empreendimentos são apropriados ao resultado à medida que as obras de infraestrutura avançam, conforme orientado pela CVM e detalhado anteriormente. Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	2.554.457	1.284.911	2.661.918	2.351.959
Mercado externo	1.022.977	1.346.119	1.022.977	1.346.119
Resultado com derivativos	54.322	103.002	54.322	103.002
	3.631.756	2.734.032	3.739.217	3.801.080
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	(8.152)	(8.210)
	3.631.756	2.734.032	3.731.065	3.792.870
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(363.199)	(236.314)	(370.703)	(357.170)
	3.268.557	2.497.718	3.360.362	3.435.700

(i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO e UVV. **26. Custos e despesas por natureza** A reconciliação das despesas por natureza é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matéria prima e materiais de uso e consumo	957.196	760.740	908.642	858.991
Despesas com pessoal	418.625	329.389	421.242	406.906
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	1.033.035	651.213	1.036.621	895.582
Serviços de terceiros				

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos** Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a admi-

nistração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evi-

dências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 24 de junho de 2019

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.- CRC 2SP034519/O-6

José Antonio de A. Navarrete

Contador CRC 1SP198698/O-4

